



# Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1990  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Djalma de Almeida César.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Passuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Aiyaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dufílio Genari, Eduardo Baggio, Brondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Geremote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nei-vo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: João Arruda, Lindolfo Júnior e Mário Pereira. (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por 45 minutos, a pedido do Relator, a fim de que os Srs. Deputados possam ter os avulsos impressos. Está na gráfica, o Relator trabalhou até altas horas da noite e ainda hoje pela manhã.

Tão logo tenham os impressos para que

possam acompanhar o Relator, o seu Parecer, a sessão será reaberta.

Está suspensa a sessão.

Está reaberta a sessão.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**2.ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 262/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 91/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive a transferência de recursos às entidades vinculadas da administração direta, com base no disposto no artigo 18 da Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDAS.

Sobre o referido projeto, Parecer e Emenda Substitutiva Geral.

A Presidência endossou o Parecer, bem como o Coordenador, Deputado Luciano Pizzatto.

O Sr. Relator Geral, Deputado José Rogério, vai proceder à leitura do seu Parecer. Logo em seguida, a Mesa vai votar este substitutivo geral. Considerará aprovado se a maioria se mostrar favorável, bem como considera como redação final o respectivo substitutivo.

Com a palavra o Sr. Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 262/90

PARECER:

**INTRODUÇÃO:**

O Projeto de Lei nº 262/90, oriundo da Mensagem Governamental nº 091/90, objetiva abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público, referentes ao atual exercício financeiro, até o montante de Cr\$ 15.980.657.889,00 (quinze bilhões, noventa e oitenta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros).

Os recursos desta proposta de suplementação têm como fonte o salto de receita existente na Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989; cancelamento de dotações e reestimativa de receita de recolhimento centralizado de acordo com a Lei Es-

adual n° 9217, de 27 de março de 1990, e deverão ser utilizados para atender despesas correntes e de capital dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e do Ministério Público, e outras despesas correntes e de capital do Poder Executivo, excluindo-se deste, o serviço da dívida.

#### DAS EMENDAS

Embora trate-se de projeto proponente apenas de suplementação de uma lei orçamentária já aprovada e em fase de execução, ao mesmo foram interpostas 343 emendas. As proposições apresentadas implicam em novas alterações num plano orçamentário já aprovado, como dissemos, e que está sendo suplementado justamente para que o Estado possa dar suprimento à sua atividade administrativa, defasada por uma inflação imprevisível à época da elaboração da Lei n° 9173, de 27 de dezembro de 1989 (Orçamento Geral do Estado - 1990).

Considerando, porém, a prerrogativa constitucional que faculta ao legislador a intervenção no processo orçamentário através da interposição de emendas, esta relatoria optou por dar-lhes provimento, acatando aquelas que preenchessem os requisitos técnicos e que não compromettesse a disponibilidade financeira do Estado.

Para o procedimento da análise e respectivo relatório, foram agrupadas por similitude e ordem numérica, conforme pareceres a seguir apresentados:

Pelo não acolhimento das emendas de números 01, 116 a 189, 70 a 73, 190 a 212, 214, 217 a 224, 232 e 248 a 342.

As emendas acima descritas referem-se a auxílios a entidades beneficentes.

O Estado, através da FASPAR, órgão responsável pela promoção de atividades assistenciais, já contemplou as entidades devidamente cadastradas através da Lei n° 9173/89 (Lei Orçamentária para 1990).

Pela rejeição da emenda de n° 95, por falta de especificações.

As emendas de n°s 37 a 44, 85 a 87, 92 e 94, são acolhidas na forma do inciso III, do Art. 4° do Substitutivo.

Pelo acolhimento parcial da emenda n° 247, na forma do art. 4° inciso IV.

Pelo acolhimento da emenda n° 111, em sua forma apresentada, consubstanciada por esta relatoria, no conteúdo dos incisos IV e V, do art. 4° do Substitutivo.

A Emenda n° 12 é acolhida parcialmente com nova redação, nos termos do enunciado do art. 3°, § 9° do Substitutivo.

A emenda n° 113, por ordem no parecer, é acatada pela justificativa apresentada.

Emendas de n°s 05 e 19, acolhidas na forma proposta pelo Substitutivo, com nova redação.

Emenda n° 115, acolhida na forma do

art. 3°, § 2°.

Emendas n°s 90 e 91, acatadas e incluídas na programação da SANEPAR.

As emendas n°s 30 e 243, encontram-se prejudicadas. Contrariam o art. 134, § 3° da Constituição Estadual, pois não indicam fontes de recursos.

Somos pela rejeição das emendas de n°s 15, 16, 21 a 28, 213, 216, 50c, 54a, 56d, 56i, 56j, 79b, 81n, 84e, como também da emenda n° 84f, por falta de dotação orçamentária. O montante destas, no valor de Cr\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros), suplanta a dotação global do código apresentado, que é de apenas Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), no programa de estradas rurais - DER.

Emendas de n°s 230 e 212, acatadas na forma proposta no inciso VI, do art. 4°, do Substitutivo Geral.

Emenda de n. 343. A emenda em tela foi tida como rejeitada, pois propõe especificações técnicas, o que é incabível na lei orçamentária. Tais modificações, com certeza, foram devidamente estudadas no projeto de engenharia da referida ponte.

Pela rejeição da emenda n. 233. Encontra-se prejudicada, visto contrariar o art. 134 da Constituição Estadual.

Pelo acolhimento das emendas ns. 31, 32, 33, 34, 35, 02, 03, 04, 06, 07 e 20. Na forma apresentada no inciso II, do art. 4° do substitutivo.

Emendas de ns. 08, 09, 10, 11, 36, 45, 46, 47, 48, 49, 88, 89, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110, são acatadas e incluídas no anexo II do Projeto do DER.

Emendas de ns. 96 e 100. Somos pela rejeição, visto estarem englobadas no anexo II, do projeto de Lei ora relatado.

Emendas de ns. 14 e 17, acatadas na forma do inciso IX, do art. 4° do substitutivo Geral.

Emenda de n. 236. Prejudicada. A atividade 2.131 não dispõe de dotação de capital.

Emenda n. 237. Também prejudicada por indicar recursos já utilizados pelo IPARDES.

Emenda n. 239, por falta de identificação de origem de recursos, contrariando o art. 134, § 3°, da Constituição Estadual, encontra-se prejudicada.

Emenda n. 238. Por indicar recursos de Pessoal, a presente emenda contraria o art. 134, § 3°, da Constituição Estadual.

Emenda n. 78. Rejeitada por se tratar de matéria estranha à lei orçamentária. A presente emenda deverá ser feita através de projeto de lei.

Emendas de ns. 67, 60, 62, 65, são rejeitadas pelos motivos explicitados na justificativa geral.

A emenda de n. 53 é rejeitada nos itens a, b, c, d, e - na forma apresentada pela justificativa geral; no item b, achase prejudicada porque pela lei complementar n. 50, de 08.01.90 os recursos destinados a esse fim são transferidos à FESTUR.

Emenda de n. 66. Rejeitada: itens b, c, d, e - conforme justificativa geral; item a: prejudicada de acordo com a lei complementar n. 50 de 08.01.90.

Emenda n. 77. Rejeitada, conforme justificativa geral.

Emenda n. 52, Rejeitada.

item a) - Justificativa geral.

b) - Prejudicada porque não existe este código na unidade citada.

c,d) - Conforme justificativa geral.

e) Prejudicada porque estas faculdades não integram a rede estadual.

Emenda n. 51. Rejeitada:

item a, b) Prejudicados em virtude do cancelamento ser da atividade 1.111 que corresponde a uma programação já definida com o Banco Mundial.

c, e, f) Conforme justificativa geral.

d) Prejudicada porque pela lei complementar n. 50 de 08.01.90 os recursos destinados a este fim serão transferidos para a FESTUR.

Emenda n. 55. rejeitada parcialmente.

a, c, d) Conforme justificativa.

b) Acolhidos no inciso II do art. 4º do substitutivo geral.

Emenda n. 54. Rejeitada.

a) Já contemplada.

b, c,d) Conforme justificativa geral.

e) As vias urbanas são de responsabilidade dos municípios e não do Estado.

Emenda n. 61. Acatada. Inserida no inciso COHAPAR.

Emendas ns. 74, 75 e 76. Acatadas.

Emenda n. 81. Rejeitada em parte.

a,b,c) Rejeitada por ser competência municipal.

d) Falta de recursos orçamentários (justificativa geral).

f) competência municipal.

e,h,g) Justificativa Geral.

k) Atendida no inciso I.

m, n, i, j) Justificativa geral.

Emenda n. 63. Rejeitada.

a, e) Justificativa Geral.

b) Prejudicada porque nessa atividade são incluídas programações referentes à manutenção da Fundação de Esporte e Turismo.

c) Prejudicada em virtude do cancelamento ser da atividade n. 1.111, que corresponde a uma programação definida com o Banco Mundial.

d) Prejudicada em virtude da Lei Complementar n. 50 de 08.01.90.

e) Justificativa Geral.

Emenda n. 83. Rejeitada conforme jus-

tificativa geral.

Emenda n. 82. Rejeitada.

item a) Prejudicada em virtude dessa atividade corresponder a um Fundo de desenvolvimento urbano cuja finalidade é repassar recursos para financiamentos de programas e não para executá-los.

b) Justificativa geral.

c) Prejudicada uma vez que a Secretaria de Transportes possui recursos de capital centralizado no DECOM no valor de Cr\$ 10.919.052,00

d) Prejudicada uma vez que os recursos estão totalmente comprometidos.

e, f. g) Justificativa Geral.

h) Prejudicada. Lei Complementar n° 50, de 08.01.90.

i, j) Justificativa Geral.

k) Prejudicada. O Código refere-se ao Fundo de Desenvolvimento Urbano.

l) Justificativa Geral.

m) Prejudicada. Atividade refere-se a ensino de 1º grau com todos os recursos comprometidos.

Emenda n° 58, rejeitada.

e.a.c) Justificativa Geral.

b) Prejudicada. Lei Complementar n° 50, de 08.01.90.

d) Prejudicada, em virtude do cancelamento ser de atividade 1.111 que corresponde a uma programação definida do Banco Mundial.

Emenda n° 59. Rejeitada.

a) Prejudicada. Lei Complementar n° 50, de 08.01.90.

e, b, c, d) Justificativa geral.

Emenda n° 57. Rejeitada.

a) Prejudicada porque refere-se a um Fundo de Desenvolvimento Urbano, cuja finalidade é repassar recursos para funcionamento de programas e não executá-los.

b. c. d. e) Justificativa Geral.

Emenda n° 68 - Acatada na forma proposta no Substitutivo.

Emenda n° 69 - Acatada na forma proposta no Substitutivo.

Emenda n° 79 - Rejeitada.

a) por se tratar de matéria de competência municipal.

b, c, d, e) Justificativa Geral.

Emenda n° 56 - Acatada somente no item a).

Itens b, c, d, rejeitados. Justificativa Geral.

e) Rejeitado. Justificativa Geral.

f, g) Prejudicadas. Fonte BID.

Emenda n° 50 Acatada em parte:

Item c) Acatado. Inciso IV do art. 4º do Substitutivo Geral.

d) Rejeitado por falta de recursos e por não ser atribuição do Estado.

a, b) Rejeitados. Justificativa Geral.

Emendas de n°s 231 e 226. Rejeitadas. Justificativa Geral.

Emenda n° 13. Acatada.

Emenda n° 64. Acatada na forma proposta no Substitutivo Geral.

Emenda n° 56. Os itens com as letras d, c, i, f, são acatados na forma do substitutivo geral; os itens demais são rejeitados, conforme justificativa geral.

Emenda n° 56. Acatado na parte referente aos itens c, j, na forma do substitutivo. As demais são rejeitadas na forma da justificativa geral.

Emenda n° 18. Rejeitada. Contraria o art. 134, § 3°, II, da Constituição Estadual.

Emenda n° 235. Não acolhida pelo valor a ser cancelado ser maior que o valor do gráfico.

Emenda n° 244. Não acolhido, visto o projeto 1.178 - monitoramento e fiscalização Paraná Rural/BIRD/EMATER é um programa que já teve sua programação aprovada pelo BIRD. Os recursos são vinculados a tal programa e seu cancelamento prejudicaria as negociações já concretizadas.

Emenda n° 245. A presente emenda não teve seu acolhimento visto as mesmas razões apresentadas na emenda de n° 245.

Emenda n° 246. Rejeitada por contrariar o Art. 134, § 3°, inciso II da Constituição Estadual. Não identifica a origem dos recursos. Na atividade 2.190 - gerencia recursos do IPARDES, não existe a importância solicitada.

Emendas de n°s 241 e 242. A atividade 2.205 será objeto de suplementação. Não existem os recursos indicados. Contraria assim o art. 134, § 3°, da Constituição Estadual.

Emenda n° 240. Prejudicada por não estar incluída nas negociações com a Caixa Econômica. O programa não contempla as ações pleiteadas.

Emenda n° 234. Contraria o art. 134, § 3° da Constituição Estadual, por não apresentar a fonte de recursos.

Emenda n° 225- Prejudicada em função de bloquearem recursos em programas e determinados trechos.

Emenda n° 229. Acatada no inciso VII do Substitutivo Geral.

Emenda n° 215. Rejeitada por inconstitucional. Não indica recursos.

Emenda n° 80. Acatada na parte referente ao item a). Os demais itens são rejeitados, conforme justificativa geral.

Emenda n° 29. Rejeitada, visto o trecho pretendido já estar contemplado, pretendendo o autor vincular recursos em programa já contemplado.

Emenda n° 92. Acatada na forma do Substitutivo Geral.

Em consequência do acatamento das emendas supra-citadas, houve um aumento de Cr\$ 397.250.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões, quzentos e cinquenta mil cruzeiros), sobre a proposta original, com

exceção do disposto no inciso IX do art. 4°.

Para dar suprimento a tal acréscimo, esta relatoria propõe a redação do art. 4°, incisos e seu parágrafo único no substitutivo geral, autorizando o Poder Executivo a abrir créditos suplementares no valor correspondente, usando como fonte de recursos o saldo de receitas originadas da reestimativa orçamentária estabelecida pela lei n. 9.217, de 27 de março de 1990.

Como justificativa geral para o não acolhimento de todos os destaques e demais emendas apresentadas, nos baseamos no retardamento que a aprovação dos mesmos traria aos programas que serão executados em cooperação com o Banco Mundial, que já foram apreciados por esta Assembléia e aprovados pelo Senado Federal.

Para que esta Assembléia tivesse condições de melhor apreciar este Projeto de Lei, imprescindível seria, o conhecimento dos projetos técnicos e a posse de outros dados econômicos e financeiros que facultassem uma análise clara de sua real viabilidade, fato que será, com certeza, equacionado com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a consolidação do processo estabelecido nos artigos 133 e 134 da Constituição do Estado do Paraná e a implantação dos mecanismos de avaliação e acompanhamento fixados no art. 78 da mesma carta.

Cabe destacar que na revisão que ora apresentamos, pudemos discriminar a destinação de recursos concedidos a determinados programas, contribuindo para uma maior clareza na apreciação do projeto pelos senhores parlamentares, com um detalhamento que possibilite melhor compreensão e entendimento do mesmo.

#### CONCLUSÃO:

Considerando o acolhimento de inúmeras propostas e as demais razões explicitadas, o parecer é favorável, opinando-se pelo prosseguimento do projeto de lei n° 262/90, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Sessões, em 23.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Vamos dar um pouco mais de atenção a esta Lei n° 262/90. Desejo ler este parecer para que possamos dar a ele a importância na reflexão, na discussão, na análise dos Senhores Parlamentares, no sentido de que possamos votar conscientemente,

votando com conhecimento dos detalhes necessários que se fizeram a esta Lei.

(Lê Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n° 262/90).

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL,  
AO PROJETO DE LEI N° 262/90**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, conforme revisão prevista no artigo 18 da Lei Estadual n° 9173 de 27 de dezembro de 1989, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990, até montante de Cr\$ 15.980.657.889,00 (quinze bilhões, novecentos e oitenta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros).

Cr\$ 1,00

ÓRGÃO	Outras Desp. Correntes	Desp. de Capital (+)	TOTAL
Chefia Pod. Execut.	918.000.000	341.659.350	1.259.659.350
Proc. Geral Estado	24.268.700	-	24.268.700
Secret. Estado do Planej. e Coord. Geral	46.000.000	-	46.000.000
Secret. Estado da Comun. Social	293.100.000	-	293.100.000
Sec. Est. Administração	600.820.000	-	600.820.000
Sec. Est. Fazenda	434.000.000	27.614.800	461.614.800
Admin. Geral do Estado -- Rec. sob Superv. SEFA	264.000.000	-	264.000.000
Secret. Estado Agric. e do Abastecimento	384.500.000	497.100.964	881.600.964
Sec. Est. da Cultura	105.000.000	7.000.000	112.000.000
Secret. Estado Desenvolv. Urbano e Meio Ambiente	27.674.300	2.260.203.600	2.287.877.900
Sec. Est. Educação	836.915.900	903.022.000	1.739.937.900
Sec. Est. da Saúde	80.000.000	155.061.000	235.061.000
Sec. Est. Seg. Pública	200.000.000	571.997.369	771.997.369
Secret. Estado da Justiça	275.053.600	140.333.159	415.386.759
Trabalho Ação Social	319.873.900	893.223.100	1.213.097.000
Sec. Est. dos Transportes			
<b>TOTAL</b>	<b>4.809.206.400</b>	<b>5.797.215.342</b>	<b>10.606.421.742</b>
(+) exclusive serviços da dívida.			

Parágrafo 1° - Os Poderes Legislativo e Judiciário serão suplementados nos valores de Cr\$ 1.356.857.014,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e quatorze cruzeiros) e Cr\$ 2.729.199.713,00 (dois bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e treze cruzeiros) respectivamente, de acordo com a atual composição das Receitas de Recolhimento Centralizado, reestimadas pela Lei Estadual n° 9.127 de 27 de março de 1990 e, conforme preceitos da Constituição do Estado do Paraná, nos seus artigos 98, parágrafo 1°, e 138. Tais recursos se destinam a atender despesas correntes e de capital.

Parágrafo 2° - O Ministério Público será suplementado com recursos no montante de Cr\$ 1.288.179.420,00 (hum bilhão, duzentos e oitenta e oito milhões, cento e setenta e nove mil e quatrocentos e vinte cruzeiros), destinados a atender despesas correntes e de capital.

Parágrafo 3° - Os Órgãos do Poder Executivo serão suplementados conforme especificação a seguir, ficando autorizado os procedimentos para as centralizações previstas na Lei Estadual n° 8485 de 03 de junho de 1987, em seus artigos n°s 63, 64 e 65.

Art. 2° - Servirá como fonte de recursos para cobertura do crédito referido no artigo 1° o saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, a reestimativa de receita de recolhimento centralizado, conforme Lei Estadual n° 9.217, de 27 de março de 1990 e Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) da dotação 1701.07401831.104 - Programações Especiais para as Áreas de Segurança e Justiça.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta Lei, ficam alterados os Programas de Trabalho que integram a Lei Orçamentária para o ano de 1990, conforme parágrafos a seguir:

Parágrafo 1° - No orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, do total de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) serão destinados a atender ao convênio com a Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil e Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) para expansão e descentralização da Biblioteca Pública do Paraná.

Parágrafo 2° - Na Chefia do Poder Executivo da importância de Cr\$ 1.259.659.350,00 (Hum bilhão, duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), sendo Cr\$ 341.659.350,00 (trezentos e quarenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e trezentos e cinquenta cruzeiros) para despesas de capital adiante detalhados, Cr\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) serão destinados à construção do Centro Cirúrgico do Hospital Universitário do Norte do Paraná, Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para adquirir equipamentos de microinformática para a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para a Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, para aquisição de sede própria, Cr\$. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para obras e instalações da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Cr\$ 4.664.748,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito cruzeiros) para o Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei n° 8328/86, Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para atender a programação da Companhia - COHAPAR, conforme anexo I, Cr\$ 83.994.602,00 (oi-

tenta e três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e dois cruzeiros) para a MINEROPAR e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão para obras de expansão.

COMPOSIÇÃO DOS CR\$ 918.000.000,00  
OUTRAS DESP. CORRENTES

Cr\$ 1,00

UNIDADES	VALOR
Administ. Direta	443.540.000 +
F. Univ. E. de Londrina	183.000.000
F. Univ. E. de Ponta Grossa	35.000.000
F. Univ. E. de Maringá	94.000.000
F.F.E. F.C.L. de Guárapuava	13.500.000
F.F.E. F.C.L. de C.Procópio	11.180.000
F.F.E. F.C.L. de U. Vitória	6.500.000
F.F.E. C.E. de Apucarana	4.600.000
F.F.E. F.C.L. de Jacarezinho	5.380.000
F.F.E. F.C.L. de Paranaguá	3.800.000
F.F.E. Direito Norte Pioneiro	4.200.000
F.F. C.L. de Campo Mourão	9.100.000
F.U.E. do Oeste do Paraná	26.000.000
F.F.E. E.F. de Jacarezinho	3.400.000
F.E. M. Belas Artes do PR	2.000.000
F.F. Ed. Musical do PR	2.800.000
F. Esp. e Turismo - FESTUR	40.000.000
I. de T. do Paraná - TECPAR	30.000.000
<b>T O T A L</b>	<b>918.000.000</b>

+ 165.000.000,00 para o Gabinete do Secretário - Casa Civil, Diretoria Geral, Subchefia do Cerimonial, Casa Militar, Gabinete do Vice-Governador e 278.540.000,00 para a Sec. de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo 3° - No orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, da importância de Cr\$ 1.213.097.000,00 (hum bilhão, duzentos e treze milhões, noventa e sete mil cruzeiros), Cr\$ 1.005.000.000,00 (hum bilhão e cinco milhões de cruzeiros), serão destinados a atender a programação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme anexo II e que serão distribuídos aos seguintes programas:

-Prog. Normal de Obras	Cr\$ 490.000.000,00
-Estradas Rurais - CEF	Cr\$ 220.000.000,00
-Apoio Rodov. Municíp.	Cr\$ 50.000.000,00
-Cons. Sist. Rod. Est.	Cr\$ 180.000.000,00
-Adm. Geral - DER	Cr\$ 65.000.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>Cr\$1.005.000.000,00</b>

Parágrafo 4° - No orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da importância de Cr\$ 2.287.877.900,00 (dois bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e sete mil e novecentos cruzeiros), destacamos Cr\$ 1.631.876.000,00 (hum bilhão, seiscentos e trinta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil

Curitiba, quinta, em 24.05.90

cruzeiros), que serão destinados a atender a programação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme programação do anexo III (detalhados a seguir) e Cr\$ 121.670.000,00 (cento e vinte e um milhões e seiscentos e setenta mil cruzeiros) para o PIRMC - Programa de Investimentos da Região Metropolitana de Curitiba - Fonte 20.

DETALHAMENTO DA DESTINAÇÃO DE  
CR\$ 1.631.876.000,00  
SANEPAR

Cr\$ 1,00

MUNICÍPIO	VALOR	OBS.
Planaltina do PR	1.200.000	
Cafeara	1.200.000	
Florestópolis	1.200.000	
S. José dos Pinhais	10.000	Esgoto
S. José dos Pinhais	500.000	Água
Mangueirinha	1.200.000	
Colombo	16.000	Esgoto
Colombo	1.200.000	Água
Campo Largo	4.600.000	
Bocaiúva do Sul	300.000	
Terra Rica	2.500.000	
Porto Rico	1.200.000	
S. Pedro do Paraná	1.200.000	
Alm. Tamandaré	1.200.000	
Guaraçá	1.200.000	
Quitandinha	1.200.000	
Palmas	1.200.000	
Piraquara	750.000	
Jacarezinho	5.000.000	
Paranaguá	5.000.000	
<b>SUB- TOTAL</b>	<b>31.876.000</b>	
Campo Mourão	27.000.000	
Cambé	27.664.000	Esgoto
Londrina/Cambé	1.440.136.000	Água
Cascavel	67.842.000	Esgoto
Toledo	37.358.000	Esgoto
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>1.600.000.000</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.631.876.000</b>	

§ 5° - Na Secretaria de Estado da Fazenda, da importância de Cr\$..... 461.614.800,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, seiscentos e quatorze mil, oitocentos cruzeiros), Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) serão destinados a transferências a municípios para aquisição de micro-computadores e o desenvolvimento do projeto CIATA-MICRO.

§ 6° - No orçamento da Secretaria de Estado da Educação, de Cr\$..... 1.739.937.900,00 (hum bilhão, setecentos e trinta e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e novecentos cruzeiros), Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) serão destinados ao ensino de primeiro grau, e na Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR as importâncias de Cr\$ 64.562.000,00 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil

cruzeiros) para a aquisição de carteiras escolares, Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) para reparos nas escolas e Cr\$ 47.430.000,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) para apoio ao ensino de primeiro grau.

§ 7º - No orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social do total de Cr\$ 415.386.759,00 (quatrocentos e quinze milhões, trezentos e oitenta e seis mil e setecentos e cinquenta e nove cruzeiros), Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros) serão destinados à construção do Hospital Penitenciário, conclusão de creche da Penitenciária Feminina e obras na Colônia Penal Agrícola.

§ 8º - Na Secretaria de Estado da Saúde, da importância de Cr\$ 235.061.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, sessenta e um mil cruzeiros), Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), serão destinados à Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR).

§ 9º - Na Secretaria de Estado da Segurança Pública, da importância de Cr\$ 771.997.369,00 (setecentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e nove cruzeiros), Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) serão destinados para a Polícia Militar, conforme detalhamento:

VALOR	CONSTRUÇÃO	CIDADE
1-	17.254.432,00	12º BPM Curitiba
2-	17.254.432,00	17º BPM S.J.Pinhais
3-	1.078.175,00	Pelotão Capanema
4-	1.078.175,00	Pelotão Barracão
5-	1.078.175,00	Pelotão P. de Leste
6-	1.078.175,00	Pelotão Guaratuba
7-	1.078.175,00	Pelotão Colombo
8-	4.928.800,00	Companhia Arapongas
9-	4.928.800,00	Companhia A.Chateaubr
10-	11.089.800,00	Oficina PM Curitiba
11-	6.161.000,00	15º BPM Rolândia
12-	11.089.800,00	5º BPM Londrina
13-	7.393.197,00	16º BPM Guarapuava
14-	17.254.432,00	11º BPM Cpo. Mourão
15-	17.254.432,00	9º BPM Paranaguá

Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para a manutenção do Hospital da Polícia Militar, Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para descentralização e reequipamento do Corpo de Bombeiros e Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) para construções e equipamentos para a segurança pública.

§ 10 - Os recursos a serem suplementados nos demais Órgãos, serão destinados

para atender as programações já definidas na Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989.

Art. 4º - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares conforme especificado nos incisos abaixo discriminados:

I - Cr\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de cruzeiros) a Secretaria de Estado dos Transportes no Código de nº 4503.16935761.088 - Desenvolvimento de Projetos Finalísticos das Unidades Programáticas da SETR para execução da terraplanagem, pavimentação e outras obras no Aeroporto de Maringá e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente para atender a execução de obras contra a erosão marítima no Município de Guaratuba (aterro do Minhocão).

II - Cr\$ 58.250.000,00 (cinquenta e oito milhões e duzentos e cinquenta mil cruzeiros), na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente - SEDU, destinados à construção e conclusão de ginásios de esportes nos Municípios de:

- Jaguaraiava.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Teixeira Soares.....	Cr\$ 1.740.000,00
- Ipiranga.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Ivaí.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Ortigueira.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Inácio Martins.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Antonina.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Nova Tebas.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Borrazópolis.....	Cr\$ 1.740.000,00
- Pitanga.....	Cr\$ 1.740.000,00
- Cantagalo.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Pinhão.....	Cr\$ 5.150.000,00
- Turvo.....	Cr\$ 2.900.000,00
- Matinhos.....	Cr\$ 2.900.000,00
- Quinta do Sol.....	Cr\$ 880.000,00

Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente - SEDU, para implantação de um Parque Ambiental e de Lazer no Município de Rebouças.

Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros) na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente - SEDU, para desenvolver projeto de estudos e programas em São Mateus do Sul.

Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para a Programação a cargo da Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio-Ambiente - SUREHMA.

III - Cr\$ 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, destinados à construções de casas popula-



res nos Municípios de:

MUNICÍPIOS	Nº DE CASAS	SISTEMAS
Goioerê	150	Aut.Constr.
Goioerê (Dist.		
M. Alegre)	20	-x-
Goioerê	134	-x-
Campo Mourão	51	-x-
Campo Mourão	200	Mutirão
Campo Mourão	200	Aut.Constr.
Ubiratã	100	-x-
Ubiratã (Dist.		
Yolanda)	16	-x-
Campina da Lagoa	100	-x-
Barbosa Ferraz	36	-x-
Roncador	48	
Luiziania	50	Mutirão
Juranda	50	Mutirão
Tupãssi	50	Mutirão
General Carneiro	50	-x-
Agudos do Sul	20	-x-
Quitandinha	20	-x-

IV - Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para construção e pavimentação nos trechos: Mendeslândia a Bentópolis; Lobato a Alto Alegre (via Fazenda Junqueira); Bocaiúva do Sul a Adrianópolis; Porto Vitória a Bituruna; Cândido de Abreu a Rio Branco do Sul; Saltinho à PR-281; e revestimento asfáltico de estradas em Cerro Azul; construção de pontes no Município de Guaraqueçaba.

V - Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para a Secretaria de Estado dos Transportes, para transferência a Prefeitura de Guaratuba para aquisição de uma draga.

VI - Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Educação, visando a implantação e instalação de creches às crianças de zero a seis anos de idade e implantação de ensino profissionalizante de Cerâmica em Campo Largo; apoio ao ensino de 2º Grau no Município de Guaraqueçaba; apoio ao ensino de Educação Ambiental;

VII - Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Segurança Pública, destinados a instalação de Delegacias da Mulher nos Municípios de Umuarama, Campo Mourão, Ivaiporã, Francisco Beltrão, Toledo, Pato Branco, Apucarana, Arapongas, Jacarezinho, Colorado e Paranavaí, e implantação de albergues para atendimento de pessoas vítimas de violência em Curitiba e Londrina.

VIII - Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) para a Secretaria de

Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, destinado à manutenção da Creche Cantinho Feliz, da Penitenciária Feminina do Estado.

IX - Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para o Programa Normal de Obras, código nº 8800.16885.371.091, ficando cancelado igual importância do código de nº 8800.16885371.181 e Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o Programa Estradas Rurais - CEF, ficando cancelada igual quantia do código de nº 8800.16885371.181, ambas da Secretaria de Estado dos Transportes.

X - Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, apoiar associações de preservação ambiental em Maringá, Curitiba e Cianorte.

XI - Fica destinado, 2% (dois por cento) da receita tributária do corrente ano, para o cumprimento do disposto no artigo 205 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Servirá como fonte de recursos para dar suprimento aos créditos suplementares referidos neste artigo o saldo de receitas originadas da reestimativa orçamentária, decorrente da Lei nº 9217 de 27.03.90.

Art. 5º - O Poder Executivo providenciará, num prazo de 45 dias, a partir da data da publicação, todos os ajustes necessários em seus quadros demonstrativos, visando à aplicação das alterações previstas nesta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

Senhor Presidente, assim encerramos a leitura do Parecer. E gostaríamos de dizer aqui que essa parte de uma peça orçamentária fez com que nós, na condição de relator dessa Mensagem, levantássemos algumas questões que deviam ser debatidas, analisadas, pensadas e refletidas pelos Parlamentares.

A Constituição nos devolveu algumas prerrogativas, e uma delas é o trato com o orçamento do Estado, que deve ser analisado com maior profundidade, uma vez que o Parlamento tem agora também responsabili-



dade, tem deveres e direito; e nessa forma de dever e de direito nós temos que fazer a nossa parte que é estudar detidamente, se aprofundar mais no estudo do orçamento do Estado. Gostaríamos de aqui nos colocar à disposição dos Deputados para que formássemos grupos de estudo no sentido de que a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias fosse discutida o mais rápido possível, porque nós temos até o prazo para encaminhar esse Projeto de Lei e aprovar essa Lei aqui nesta Casa. Já existe uma mensagem do Executivo, essa é a proposta do Executivo, nós vamos, os Parlamentares, apresentar do Legislativo uma proposta da LDO, assim sendo criando parâmetros e métodos para que possamos apreciar e acompanhar com mais informações, com mais detalhes de toda a vida do orçamento na sua ação diretamente. De forma que o estudo do orçamento necessitará, sem dúvida nenhuma uma atenção especial dos Senhores Parlamentares.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Aparte) - Deputado

José Rogério, ao cumprimentar V.Exa. pelo dedicado trabalho ao estudo detido para oferecer um parecer que de qualquer forma valoriza este Poder Legislativo, sempre lembrado nas críticas, eu escuto esse anúncio que V.Exa. faz de se criar na Assembléia um organismo de acompanhamento da Execução Orçamentária do Estado, e peço aparte a V.Exa. porque li nos jornais de ontem e de hoje, o propósito e a disposição do Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, também se manifestando, ou comunicando essa decisão não sei se o Presidente da Assembléia ou da Mesa já em se estruturar a Assembléia Legislativa para tal fim, quer dizer, os Deputados somente a partir daí de ter um organismo, uma comissão, uma coisa qualquer na Assembléia que permanentemente acompanhe a execução orçamentária por parte do Executivo porque nós estamos desprovidos de qualquer informação do que o Estado arrecada, do que ele gasta, da nossa conta, dos nossos compromissos, das dívidas externas, nós não sabemos praticamente nada, as informações que temos quando as recebemos, vêm do Executivo, e raras são as que chegam, e as dificuldades enormes, e evidentemente não há, com relação ao Governo do Senhor Álvaro Dias, mas há essa dificuldade entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Quer dizer, agora ao término desta Legislatura a Assembléia Legislativa se engrandece, se ainda neste período, nesta Legislatura, a Mesa puder enriquecer esta Casa com essa Comissão com esse organismo, com esse órgão de trabalho de acompanhamento, de elaboração. Uma Comissão de orçamento desta Casa só se reúne quando no encaminhamento da apreciação da Mensagem Orça-

mentária do Executivo, daí. nunca mais, ninguém sabe quem é Presidente, quem é membro, e nem que é Secretário de Comissão, ela não funciona. Por isso esse aparte que faço a V.Exa. pela oportunidade, repetindo aqui, me parabenizar com V.Exa. que esse trabalho de Comissão é que valoriza o trabalho do Parlamentar, que muitas vezes aí fora não se sabe, não se informa, e V.Exa. vai à tribuna discorrendo com tranqüilidade sobre o parecer que oferece e que dá um final a esse clima criado entre o Executivo e o Legislativo, que não foi da vontade de ninguém de nós. Mas, especialmente para fazer um registro que recebo e leio nos jornais e escuto de V.Exa. a disposição da Casa de estrutura lá a ponto de que os Deputados permanentemente conheçam as reais condições financeiras orçamentárias do Estado para que nós tenhamos maior conhecimento e condição de votar e apreciar, discutir, as matérias nessa área.

Cumprimento V.Exa. e ao Presidente pelo anúncio que fez nessa vontade de fazer o que nós acabamos de falar.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Muito obrigado. Agradeço o aparte, e isto contribui para que nós possamos firmar uma posição aqui nesta Casa, de dar uma atenção especial ao Orçamento do Estado e à Constituição Estadual que prevê no artigo 78, que os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistemas de controle interno com a finalidade de:

- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

- avaliar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

Então, vejamos aqui, a Constituição nos dá poderes, e, nós temos que estar estruturados para poder avaliar. Os Parlamentares, creio que não devem e não serão nunca, os doutores em orçamento, mas, pelo menos, temos que ter estrutura para podermos acompanhar as metas e os programas de ação do Governo tendo o Orçamento Plurianual.

O SR. ALGACY TÚLIO - Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento). Também dese-

jo cumprimentá-lo pelo seu trabalho incansável para a feitura deste substitutivo geral, e eu devo ter imaginado o quanto V.Exa. teve dificuldades, quando precisou recorrer à ajuda junto a Casa, e eu sei inclusive que V.Exa. teve dificuldade para complementar o trabalho de datilografia deste trabalho feito aqui, porque tem horário de expediente encerrado, o funcionário, inclusive se retirou e deixou tudo pela metade.

Então é necessário que nós tomemos as providências, exigindo da Mesa Executiva da Casa, para que funcionários realmente capacitados e com vontade de trabalhar, e evidentemente bem remunerados, também, possam dar este atendimento aos demais Parlamentares.

Quero cumprimentá-lo então, pelo trabalho realizado, sabendo de antemão, e nós sabemos, das dificuldades que V.Exa. encontrou para poder complementar todo este questionamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concede-me um aparte, Deputado José Rogério?

(Assentimento).

Inicialmente, para cumprimentá-lo pelo magnífico trabalho que V.Exa. desenvolveu acerca do Projeto n° 262/90, na condição de Relator. Nós gostaríamos apenas de contribuir com esse seu trabalho, e, tendo em vista que o Deputado Anibal Khury já nos anuncia que o Projeto, na forma como se apresenta, irá à Redação Final, apenas como contribuição, porque um erro em datilografia, nós constatamos aqui, no artigo 4°, inciso 4°, folhas 11, portanto, diz:

"Duzentos milhões de cruzeiros, para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para a construção e pavimentação nos trechos Mendislandia, Dentópolis, Alto Alegre, via Fazenda Junqueira, Bocaiúva do Sul, Adrianópolis, Porto Vitória a Bituruna, e aí aonde consta o erro, no nosso caso: Cândido de Abreu a Rio Branco, e, não Rio Branco do Sul.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Exato.

O SR. ORLANDO PESSUTI - É apenas, Rio Branco, porque é o Distrito de Rio Branco, lá em Grandes Rios, e, não o Rio Branco do Sul aqui na região metropolitana, porque este asfalto não precisa fazer.

Então, no Parecer eu solicitaria a V.Exa. que fizesse esta correção, para que não suscitasse dúvidas, e dado que esta obra realmente é, e V.Exa. sabe disto, nós estivemos conversando a respeito, é da maior necessidade e importância.

E Cândido de Abreu e Rio Branco do Sul, pelas tantas rodovias que já existem, ela já está pavimentada. Agora Cândido de Abreu ao Distrito de Rio Branco, no muni-

cípio de Grandes Rios, este sim precisa ser pavimentado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Nós vamos, sem dúvida houve um acréscimo aqui no Sul, Rio Branco, não é, e que na Redação Final pudesse ser feita uma correção e nós vamos registrar em Ata a sua retificação do nome deste município.

Mas continuando, há problemas sim, há problemas, há dificuldades. No momento em que nós precisamos de recursos nós conseguimos junto à Presidência desta Casa, até pessoal da sua assessoria, para nos auxiliar naquela comissão. Há membros trabalhadores, funcionários devotados que estão sempre presentes e fazem todo o trabalho, são os mesmos de sempre.

Agora, por outro lado, existem centenas de funcionários que recebem e, efetivamente, não trabalham. Estes que trabalham devemos, realmente, dar importância, pagar bem e estes que não trabalham mandar para a rua, liquidar com isso, para que as nossas comissões, o nosso trabalho legislativo tenha um resultado e tenha uma estrutura sempre presente. Não precisa que um só seja o "coringa" de todas as comissões, seja o homem que resolve tudo, não; tenha gente sobrando nesta Casa que nós conhecemos, eu sei que é difícil, mas nós estamos junto com o Presidente querendo alterar este quadro, esta situação, porque os dias mostram que as mudanças vão acontecer, dias novos estão aparecendo e este Poder Legislativo toma uma outra forma. Existe outra forma de conduzir as coisas neste Poder.

Junto à Constituição vamos fazer os nossos direitos serem exercidos, mas, para isso, os Parlamentares têm que ter estrutura, gente para trabalhar, não gente empregada só para receber salários, para trabalhar nas comissões, auxiliar os Parlamentares naquilo que for devido.

Então, Senhor Presidente, é este o nosso trabalho.

Tivemos dificuldades, mas foi tudo superado em nome do nosso Poder Legislativo, em nome da Mesa Executiva. V.Exa. como Presidente desta Comissão Geral nós o agradecemos.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, demais presentes.

Inicialmente, quero deixar público e notório que votarei favoravelmente ao Projeto e à Emenda Substitutiva aqui defendida pelo Relator desta Lei, que é, talvez, a matéria mais importante que o Poder Legislativo possa apreciar naquilo que é sua prerrogativa, porque trata do que é essencial na Administração Pública, que é a

destinação, a distribuição e os critérios das finanças públicas do Estado do Paraná.

Eu voto favorável, mas uso a tribuna neste momento, para que algumas verdades fiquem patenteadas aqui e agora. Porque tenho ouvido por aí, estou cansado de ouvir barbaridades e uma das barbaridades que ouvi, pela televisão, no último domingo, quando ouvi o Secretário da Agricultura, Osmar Dias, num programa tradicional de televisão durante 30 minutos, aonde mais de dez vezes ele culpou, atribuiu a culpa da má administração, da falência do nosso Estado, aos Deputados, ao Parlamento.

Então, a bem da verdade, neste momento eu quero tecer aqui, algumas considerações que as julgo verdadeiras para que este Parlamento aprecie e para que nós não permitamos que estas barbaridades ocorram no futuro.

Primeiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos que relembrar aqui momentos importantes do nosso passado: nós, quando discutimos e votamos o orçamento do Paraná para o exercício de 1990, que foi no final de 1989, este Parlamentar, aqui desta tribuna, alertava para que o Governo estava subestimando a arrecadação do nosso Estado com objetivos claros e naquele momento este Parlamentar não foi ouvido, porque nós sabemos os vícios que os Executivos já vêm trazendo ao longo dos tempos.

Se subestima a arrecadação para depois nos processos suplementares aí se redireciona como convier naquele momento e como interessa ao governante.

Então, esse mal nós cometemos e o Poder Executivo é autor desse erro que nós esperamos que no futuro não ocorra mais.

Pela lei que nós aprovamos em novembro e dezembro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta Assembléia aprovou inclusive, o Governo do Estado estava autorizado a suplementar até 30% o orçamento do nosso Estado. Vejam só o que aconteceu.

O Governo, em apenas quatro meses extrapolou todos os limites, gastando mais do que devia e mais do que podia gastar.

Então, pergunto Senhor Presidente, Senhores Deputados. Que orçamento foi proposto pelo Governo e que orçamento foi votado por este Parlamento? Esse erro não pode se repetir. Propõe-se, se aprova um orçamento com 30% de margem de suplementação e nós chegamos no mês de abril, não tem mais orçamento para o Executivo poder continuar administrando nosso Estado.

Então, a votação que nós tivemos aqui, foi uma votação falsa. Nós procuramos falsear e o Governador foi o primeiro a procurar falsear a situação real das finanças públicas do Estado do Paraná. Não podemos mais concordar e a bem da verdade é preci-

so que se diga.

Terceira consideração, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em órgãos como a EMATER, o Instituto de Terras e Cartografia e Florestas, a Secretaria da Agricultura e outros, já faz mais de dois meses que o Governo está desmontando simplesmente os serviços públicos.

Autorizou que não se faça mais nada. Agora ele vem atribuir, dizendo que é culpa dos Deputados ele não poder mais praticar os serviços públicos como campanhas de vacinação, como trabalhos de extensão rural, não são possíveis porque os Deputados não estão permitindo.

Ora, Senhor Presidente, será que ele está pensando que todos nós somos bobos nesta Casa? O projeto de suplementação orçamentária de iniciativa do Executivo, chegou nesta Casa no dia 18 de abril, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Faz um mês. No entanto, já faz mais de dois meses que as contas vinculadas da Secretaria da Agricultura estão desmontadas por autorização do Governo, do Poder Executivo. Agora se procura debitar nas contas do Poder Legislativo.

Quinta consideração: o Governo está acusando a Assembléia de ser a responsável pela paralização da administração do Estado, por não ter aprovado ainda o pedido de suplementação.

Cabe uma resposta, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na realidade o Estado está parado desde o momento que o Governador esvaziou as gavetas dos cofres públicos para deixar o Governo e ser candidato ao Senado. É desde aquele momento que este Estado está parado. Mesmo tendo resolvido ficar no cargo, o Governador se esqueceu de reassumir efetivamente a tarefa de governar e administrar bem o Estado do Paraná.

O que não significa propor uma reforma administrativa esdrúxula, de final de governo, como ele está propondo. Por isso a incompetência é do Governo que não enviou em tempo hábil o seu pedido de suplementação ou a paralização do Estado ela tem outras razões, desconfiança que se sustenta no fato de alguns setores estarem parados há tanto tempo. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste momento que nós certamente aprovaremos, finalmente aprovaremos a suplementação solicitada, devidamente alterada pelas iniciativas dos nobres Parlamentares, essas verdades é preciso que sejam ditas, porque o Governo do Estado do Paraná está usando a suplementação como bode expiatório para esconder a sua própria incompetência e a sua própria falência. Então, a bem da verdade, é que fazemos este registro neste momento e esperamos que o orçamento de 91, 92, 93 e 94 e outros que proventura vierem, não

sejam mais tratados desta forma. Se faz necessário sim, que o Executivo faça um orçamento mais próximo da realidade previsível, possível, que não foi este orçamento, não. E que este Parlamento também assuma esta responsabilidade de corrigir, acertar as barbaridades que são próprias do Poder Executivo quando ele propõe a sua lei orçamentária. Esta é a minha posição, estes são os meus questionamentos e estas são as verdades que eu queria trazer neste momento, para que no futuro não ocorram mais estes erros e estas barbaridades na administração pública e no Poder Público do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

Era isso, Senhores Deputados e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral apresentado pelo Relator, Deputado José Rogério.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Nós reconhecemos o trabalho do Deputado José Rogério que nos dá, a esta Casa, a certeza de votarmos sobre uma matéria que foi estudada. Um Parecer que evidentemente envolveu assessoramento e isto nada diminui a figura do Parlamentar Relator de projeto algum. Acho que pelo contrário, dignifica a função do Relator e dignifica esta Casa, porque na verdade os técnicos deste Poder existem exatamente para oferecerem o seu conhecimento ao Parlamentar que necessita dele.

Evidentemente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, pela apresentação do Parecer do Relator em curto espaço de tempo para análise, não poderíamos, nenhum de nós, ter a certeza de que todas as emendas, os artigos aprovados ou rejeitados estejam de conformidade com a vontade política desta Casa. No entanto, conhecemos por demais a personalidade e a honradez, a vocação ao trabalho do Deputado José Rogério Carvalho e por isso mesmo o questionamos, perguntando se esse Parecer se coadunava com o espírito Parlamentar de apreciação de projeto orçamentário. Respondeu, o Deputado José Rogério, que sim. Nos basta, pela confiança que depositamos no Deputado.

Portanto, votaremos favorável a este Parecer. Evidentemente que se alguma distorção houver nele, caberá ainda o recurso do veto ao Governador que nós apreciaremos nesta Casa.

No entanto, queremos manifestar neste momento, a nossa alegria pelo trabalho apresentado pelo Deputado José Rogério Carvalho, Senhor Presidente, e vir lembrar aos nobres Parlamentares e à própria Executiva da Casa que a dignificação do Parlamento passa exatamente por isso, pelo

trabalho profundo de análise das matérias que aqui estão, porque esta é a missão de fazer a lei, e a lei obriga todos os paranaenses a cumpri-la.

Permita-me, portanto, Senhor Presidente, neste instante, a título de sugestão aos demais Parlamentares, de que nós venhamos definitivamente na semana que vem instituímos as comissões permanentes da Casa. Senhor Presidente, eu pediria vênua de Vossa Excelência para uma sugestão: eu gostaria de sugerir à Mesa, que submetesse aos companheiros de plenário no final da sessão, de que nós aproveitássemos a semana que vem para que todos os projetos que passam pela Assembléia não seja necessário que uma comissão geral da Assembléia dê o parecer, mas que, passando pelas comissões, possam merecer um tratamento como mereceu este Projeto nº 262/90 por parte do Relator José Rogério Carvalho.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, com o Substitutivo Geral do Deputado José Rogério Carvalho. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Há emendas de redação final que eu vou submeter também a votos, do Deputado coordenador que: (Lê):

PROJETO DE LEI Nº 262/90  
SUBEMENDA À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENÁRIO

Suprima-se do Artigo 6º da Emenda Substitutiva Geral, as seguintes expressões:

"revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 24.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

A Mesa endossa esta emenda e submete à votação. Os Senhores Deputados que aprovam esta emenda, conservem-se como estão. Aprovado.

Em votação a redação final. Os Senhores Deputados que aprovam a redação final com a emenda já aprovada, conservem-se como estão. Aprovado. O projeto irá hoje à sanção.

Antes, porém, a Mesa, lendo uma nota da Secretaria da Saúde, na qual o Senhor Secretário atribui culpa do não pagamento aos hospitais a esta Assembléia. Nós repudiamos esta nota. E alertamos mais uma vez: o Secretário da Saúde informa que ainda precisa de crédito suplementar. Nós vamos receber logo mais uma Mensagem de crédito suplementar para a Secretaria da Saúde. Com a palavra, o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Pre-

sidente, Senhores Deputados. Juntamente com outras Lideranças do PT, do PDT, do PRN, do PFL, estamos apresentando a esta Casa um projeto de resolução nos seguintes termos: "A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fundamento no art. 54, inciso XXVII, da Constituição do Estado do Paraná, considerando que a apuração do cumprimento das responsabilidades administrativas dos funcionários públicos estaduais têm processo específico no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná; considerando que a designação genérica de servidores de diversos órgãos da administração direta para o exercício de funções próprias da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar potencializa violação ao referido direito de defesa, resolve:

Art. 1º - Sustar a Resolução conjunta CC-PGE-SESP-SEED nº 01/90, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 22 de maio de 1.990, por ser ato administrativo exorbitante do Poder regulamentar.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Muito bem, nós nos surpreendemos com o Diário Oficial do dia 22 de maio, com esta Resolução que propomos agora sejam sustados os seus efeitos com base em princípio constitucional porque esta resolução estabelece a velha prática do Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5, quando dava poderes absolutos ao Estado, ao governante para dar destino ao funcionário e ao cidadão.

Mas o que diz esta Resolução que tanto me surpreende e surpreende a todos nós. Diz o seguinte:

"O Secretário da Casa Civil e o Procurador Geral do Estado e os Secretários de Estado da Segurança Pública e da Educação no uso de suas atribuições legais, resolvem: designar, 'prestem atenção Senhores Deputados', os servidores, 'todos, portanto', todos os servidores que respondem pela Procuradoria Geral do Estado nas suas respectivas áreas de atuação, os servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública - Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e da Secretaria do Estado da Educação para, em conjunto, procederem ao chamamento formal dos ocupantes dos cargos e funções de inspetores estaduais de educação e diretores dos estabelecimentos de ensino da rede estadual, para que manifestem sua posição quanto ao cumprimento de suas responsabilidades administrativas nos termos da lei".

Ora, meu Deus do Céu, estamos colocando aí um universo, um batalhão, não, não é um batalhão! Todo o contingente da Secretaria de Segurança Pública - fardados ou não - a investigar o comportamento dos

Inspetores de Ensino e dos Chefes de Núcleos da Secretaria de Educação. Não bastasse a tropa, somam-se a ele todos os advogados da Procuradoria, os serventes, as secretárias, os datilógrafos - da Educação, da Procuradoria e da Administração.

Meus Deus do Céu! O que está acontecendo no Estado do Paraná? Estamos mobilizando um exército para fiscalizar diretores de estabelecimentos de ensino e inspetores estaduais de educação, cargos comissionados, diretores eleitos pelas comunidades, inspetores nomeados pelo próprio Governador. Ora, se na medida em que o Governador coloca suspeita todos os inspetores de educação do Estado do Paraná que são cargos comissionados e, portanto, da sua confiança, das duas uma: ou o Governador exonera os inspetores ou mantém a confiança nos seus inspetores. O que ele não pode fazer é manifestar a desconfiança no cargo comissionado que ele nomeou e colocar a tropa da Polícia Militar a investigar os atos de funções gratificadas, de funções de confiança do próprio Governador.

Vejam em que situação nos encontramos. Vejam em que pé está o Estado do Paraná. O próprio Governador desconfia das pessoas que ele mesmo designou em cargo de confiança. Daqui a pouco teremos a tropa a fiscalizar os Secretários, também exercem cargos de confiança. Teremos a tropa e a Procuradoria e as Secretarias todas e todos os funcionários, e assim diz a Portaria, a investigar os portadores de DAS - 5,4,3,2 e 1! O Governador perdeu a confiança nas pessoas de sua confiança que são os inspetores, já não falo dos diretores, porque eleitos. Mas na medida em que ele também coloca a tropa a investigar os diretores eleitos, coloca sob suspeita o próprio resultado da votação e da escolha dos diretores.

Não, o Paraná não merece mais essa humilhação.

Qual é o destino dessa portaria, qual é a origem e o motivo. O motivo é a greve dos professores e dos funcionários. Aí está a razão disso que não diz a portaria. Santo Deus, Governador Álvaro Dias, será que ainda temos que ver este ato que renasce das cinzas históricas do arbítrio? Governador Álvaro Dias o seu passado de luta contra a ditadura se rasga num momento impensado em que endossa uma portaria assinada pelo Dr. Wagner Pacheco, seu Chefe da Casa Civil, pelo Divanilo Mancini, Procurador Geral do Estado, pelo José Moacir Favetti, Delegado de tradição e de honra, que respeitamos tanto, pela professora Gilda Poli Rocha Loures, e V.Exa. endossa um ato destes... Renasce das cinzas para negar o seu passado de combate ao arbítrio e estabelece o arbítrio através de

portaria...

Não, Governador Álvaro Dias. A Assembléia está propondo aqui o resgate democrático do comportamento dos governantes ao propor a sustação deste ato.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado Nereu Massignan, realmente V.Exa. aborda um assunto de muita importância, porque está nos parecendo que se tentam resolver problemas graves de ordem política, - é uma política partidária, claro, mas a política educacional, os problemas políticos, como meras ações administrativas. E nós já conhecemos esta história do passado em que se esperou, durante algum tempo da vida da história brasileira, se resolver os problemas políticos do País com medidas administrativas de um tempo não muito longe, vindas de 64, em que se imaginava que se resolvia os problemas políticos de uma nação, o problema da fome, o problema da educação, o problema do saneamento, da habitação, com meras medidas administrativas.

Isto é um erro histórico da mais profunda gravidade. Porque as questões que envolvem hoje estes problemas sérios que ocorrem por exemplo na área da educação, todos sabem que o único caminho, o único andamento, é o caminho político. Mesmo que seja se o Governo tem problemas de caixa, se não pode pagar, então abre-se isto para a população, mostre a real situação, converse-se claramente. Esta medida administrativa cheira àquelas medidas quando já faltaram argumentos políticos, quando se falta a vontade política, pega-se a caneta e faz-se um ato. Se isto fosse verdadeiro, Deputado, bastaria os governantes assinarem atos dizendo que a partir de amanhã nenhuma criança vai passar fome, que a partir de amanhã todos os núcleos habitacionais terão saneamento básico.

Então Deputado, parece-me que este é um assunto da mais alta significância e que precisamos discutir politicamente e não aceitar isto. Porque veja: o Secretário Chefe da Casa Civil, o Procurador do Estado, o Secretário da Segurança, o Secretário da Educação dizem o seguinte: chamem as pessoas que estão em greve para que ocupem suas funções, porque se não ocuparem, medidas serão tomadas.

Como se isso fosse resolver. E o que vai acontecer se isto ocorrer? As pessoas serão responsabilizadas? Outros ocuparão os cargos? E se estas pessoas continuarem nas suas posições?

Portanto, mais uma vez os atos administrativos são colocados à frente dos atos políticos e isto não vai levar a lugar nenhum e esta Assembléia precisa se

Curitiba, quinta, em 24.05.90

debruçar sobre estas questões, para que coloque, perante a opinião pública, a discussão política destes atos.

Parece-me, com toda a certeza, que a coisa está sendo olhada no dualismo do bom e do mau, do professor e do Estado, do dinheiro e do não dinheiro, da medida forte. Lembro-me daquele episódio da greve dos professores, quando ocorreu a questão da bomba, também perdurou o pensamento técnico. Quer dizer, lanço uma bomba, as pessoas se assustam e eu acabo com o problema. E o problema continua...

O SR. NEREU MASSIGNAN - É verdade. V.Exa. aborda muito bem a questão.

O SR. PAULO FURIATTI - Em outros tempos imaginava-se, nos tempos de 64, que prendiam-se os opositores ao regime e o regime iria muito bem,...

O SR. NEREU MASSIGNAN - E acabaria a oposição.

O SR. PAULO FURIATTI - ... que acabaria a oposição, que se cassava o Deputado, e que se resolveria o problema. Hoje, esta campanha que está nas ruas contra o Poder Legislativo, imaginando-se, Deputado, que fazendo a campanha, os problemas se resolvem, as pessoas passam a se alimentar melhor.

Portanto, para complementar o meu raciocínio, gostaria apenas de concluir dizendo: entendo que a solução é política e não administrativa. E aí está o nó, o âmago da questão.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Agradeço o aparte de V.Exa. que contribui para com o debate político e democrático na Assembléia Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Que matéria está sendo discutida, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria que o Deputado está lendo.

O SR. NILTON BARBOSA - Mas já não foi votada a Mensagem ao Projeto n.º 262?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi votado. Mas não posso impedir que o nobre Deputado trate de ...

O SR. NILTON BARBOSA - Sim. Mas gostaria de saber se pode dar apartes?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pode.

O SR. NILTON BARBOSA - Muito obrigado.



O SR. RAFAEL GRECA (aparte) - Deputado Nereu Massignan, Senhor Presidente, Senhores Deputados. De fato tem a maior propriedade a idéia da Assembléia Legislativa, com fundamento no art. 54 da Constituição do Estado do Paraná, considerando a apuração do cumprimento das responsabilidades administrativas de funcionários públicos estaduais ter processo próprio, específico previsto no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, sustar esta resolução conjunta da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria da Educação e da Secretaria da Segurança Pública.

A educação não é caso de política. A educação não é caso de Segurança Pública. Caso de insegurança nacional, é o descaso com a educação. É a idéia, por exemplo, de se dizer que se gasta com a educação, quando na educação nunca se gasta; na educação se investe. Porque Poder Público não precisa, Deputado Nereu Massignan, ter lucro; mas deve ter a perspectiva de futuro, a perspectiva de investimento.

Só protesto da sua intervenção brilhante que use a sagrada imagem da fênix, que é uma imagem oriental, própria da mitologia egípcia, da mitologia indiana e, depois, da iconografia cristã, para simbolizar a Ressurreição, para simbolizar a coisa boa da Nova Vida; use a imagem da fênix para lembrar essa volta terrível do arbítrio sobre o Paraná. Cobre de vergonha o Estado do Paraná a idéia de se atribuir à Secretaria da Segurança Pública a investigação dos inspetores de ensino, dos diretores e dos professores que estão em processo de greve.

Se a Secretaria da Educação e a Secretaria da Administração não são competentes para exercer a autoridade é porque hoje o principado arrogante e inexperiente do Governador Álvaro Dias está enclausurado exatamente pela conjugação desses dois qualificativos, sobejamente, o da arrogância e o da inexperiência. Tivesse o Governador exercido uma autoridade que vem da inteligência, não estaria hoje enclausurado, prisioneiro da sua própria arrogância e inexperiência da sua equipe.

Então, Deputado Nereu Massignan, a Bancada do PDT apóia esta Resolução da Assembléia, encarece aos Senhores Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que recordem a letra viva do seu programa partidário, que lembrem as lutas todas que fizeram o presente momento democrático, e que compreendam que não se pode parar quando se avança em direção ao futuro e que o momento histórico pede, hoje, do PMDB, o mesmo heroísmo que tinha Ulisses quando enfrentava cachorros nas praças de Salvador no tempo de arbítrio.

Essa resolução é absurda, é abjeta,

causa vergonha e espanto.

Tratar a greve com autoridade é prerrogativa do governante e pode ser exercida essa mesma autoridade. Agora, tratar a greve ainda uma vez como caso de polícia vai dar o mesmo efeito retardado daquelas bombas que, tendo explodido sobre professoras indefesas, nesta Praça aqui fronteira, tiveram um efeito de bomba de neutron em cima dos próprios políticos do PMDB nas eleições seguintes, efeito de bomba de neutron que permanece até hoje. Estão todos de pé; mas o efeito destrutivo de se atentar contra a educação, esse permanece!

Então Sua Excelência tem todo o nosso apoio. E acho que a Assembléia, se se pretende dona de uma autoridade capaz de enfrentar essa ridícula carreata, desse mentiroso, que levanta aleivosias contra a Casa, dizendo que ganhamos um milhão e seiscentos mil cruzeiros. Nós só poderemos contrapor uma muralha a esse tipo de boicote à autoridade desse poder, a partir do momento em que nós transformarmos em legítima consciência do povo do Paraná, e nesse momento com todo o respeito que devemos à figura do Governador, que devemos aos poderes constituídos, eu inclusive, sou amigo pessoal do Secretário Favetti, a quem reputo uma das pessoas de melhor caráter deste Estado, com todo o respeito que nós devemos às pessoas envolvidas nesse ato policialesco, nós devemos dizer: Basta! Chega! Não é lícito, não se pode tratar a educação como um caso de polícia.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu agradeço ao ilustre Deputado Rafael Greca, que contribui com a sua sempre sensibilizada inteligência ao encaminhamento de assuntos de tamanha importância.

Conseqüentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Assembléia age dentro do seu poder Constitucional, de sustar atos que como justifica muito bem a resolução, exorbitem das próprias atribuições do Governante do seu poder regulamentador das Leis.

Fará esta Assembléia com isto, com que a página do Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 22/5/90, fique em branco. Vamos supor e vamos imaginar e eu acredito, que esta Assembléia aprove essa resolução, esta página do Diário Oficial, embora escrita, para nós na Assembléia e para a Sociedade Paranaense, para os professores, para as Inspetoras e para os Diretores, será uma página em branco, será uma página não escrita, vamos apagar esta nódoa arbitrária, vamos consumir com uma atitude de prerrogativa do Poder Legislativo, tão decantada, de que hoje, com este Projeto de Resolução, nós estamos de novo enterrando a possibilidade do arbítrio e abrindo novamente as perspectivas ao diá-



logo e à negociação, tão necessárias depois de sessenta dias da greve dos professores.

Senhor Presidente, dado à gravidade do assunto, a urgência que o caso requer, eu solicito a Vossa Excelência que submeta à votação nesta sessão do presente Projeto de Resolução.

Muito Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -

Eu louvo a ação do Deputado Nereu Massignan e demais Parlamentares, pelo cuidado no que diz respeito à administração pública ao cumprimento das leis, e a equilibrada solução de possíveis impasses, que possam existir no nosso Estado. No entanto, gostaria apenas, para que nós não passemos em branco ouvindo uma versão de um fato, que tenta mostrar arbitrário e inconstitucional, uma medida legítima dos poderes constituídos. Por qualquer razão esta Assembléia poderia votar um protesto, uma solicitação, mas jamais invocar o inciso 27, do artigo 54 da Constituição, para alegar o direito de revogação de um ato, a sustação de um ato normativo do Poder Executivo, que exorbite o poder regulamentar dos limites de legalização Legislativa.

Não há em instante algum, na resolução baixada, indício sequer de que haja atitudes exorbitando o poder de criar a Comissão. Se o Governador do Estado estivesse criando uma Comissão, um ato de sua autoria que ferisse a Constituição do Estado ou as suas competências, esta Assembléia poderia seguramente revogá-lo, cumprindo o preceito invocado do artigo 54, no seu inciso 27. No entanto, nós não podemos como legisladores, já que queremos cassar via resolução da Assembléia, a exorbitância de um Poder, exorbitarmos do nosso. É só lermos o próprio decreto. O decreto está dizendo: "que o chefe da Casa Civil, o Procurador Geral do Estado, o Secretário da Segurança Pública e o Secretário da Educação, no uso de suas atribuições regimentais resolvem: designar os servidores que respondem pela Procuradoria; então a esses o Procurador do Estado está designando; os que respondem pela Secretaria da Segurança, e a esses o Secretário José Moacir Favetti, que assina o ato de designação está designado; e a Secretaria da Educação, no qual a Secretária Gilda Poli Rocha Loures está assinando a designação perfeita, legal; porque é exatamente a Secretaria responsável que está procedendo à designação dos seus subordinados para compor uma comissão, para que essa comissão venha cuidar das responsabilidades estabelecidas na Lei nº 6.174, que é a que estabelece as regras para o Servidor Público do Estado do Paraná".

Não está extrapolando da sua capacidade administrativa. E me permite envocar aqui, um Parlamentar sentado em sua poltrona, chamado Raul Lopes, que foi comandante da Polícia Militar e que sabe que dentre as atribuições do chefe da Polícia Militar está a designação dos seus subordinados para o exercício de atos inerentes à sua função; como está na Secretaria da Saúde, na Secretaria da Segurança, na Procuradoria Geral do Estado o direito claro, legítimo, patente, constitucional de designar os seus servidores para o exercício de uma função. Mas, o que nós não queremos, Deputado Nereu, é deixar a impressão de que a designação feita por essas autoridades, e diga-se de passagem, aqui não está a assinatura do Governo do Estado do Paraná, do Governador Álvaro Dias, por isso mesmo é a designação própria de cada Secretaria.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Quer dizer que o Governador não endossa essa resolução?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nereu, nós estamos discutindo questão legal. Quem está designando seus servidores é o chefe da Secretaria com total competência pela investidura no cargo de designar dentre aqueles seus subordinados, pessoas para compor uma comissão.

Agora, não é essa a visão também que eu gostaria que passasse nesta Casa, de que o Secretário Favetti esteja extrapolando, porque a idéia que nós estamos criando aqui é a seguinte: o que tem a ver a Polícia Civil e a Polícia Militar com o problema do professor?

O SR. NEREU MASSIGNAN - É isso que nós queremos saber nobre Deputado Caíto Quintana. Se Vossa Excelência puder nos esclarecer o que vai fazer a tropa para investigar comportamentos da inspetoria e da direção de um colégio?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Nereu Massignan, uma das responsabilidades estipuladas pela Lei, no exercício de uma função na Lei nº 6.174, que atribui as funções aos mais variados cargos do Poder Público. Ao diretor do Colégio cabe, além de cuidar da parte educacional, da preservação do patrimônio, ao inspetor de núcleo da preservação do patrimônio; e em toda a rede pública haverá sempre alguém responsável, além da função que lhe é inerente, da função de fiscalização do seu próprio patrimônio e da sua preservação. Vossa Excelência, de uma forma hábil, coloca de que a Secretaria da Segurança vai por tropas na rua para reprimir professores ou para chamar à responsabilidade os professores. Não é. Eu estou citando. Mas, por

exemplo - eu não sei se está presente o Deputado Artagão Mattos Leão - recentemente na cidade de Guarapuava houve depredação de prédios públicos e não causada necessariamente por professores, por pessoas estranhas inclusive ao movimento dos professores, e em tantas cidades do Paraná houve depredação. O que faz a Secretaria de Segurança Pública, designada nesta questão?

O Sr. Nereu Carlos Massignan (Aparte, assentimento) - Quero lhe fazer duas indagações; é o seguinte: dentro do seu raciocínio, quando a resolução diz que todos esses servidores em conjunto devem proceder ao chamamento formal dos ocupantes dos cargos e funções de Inspetores Estaduais de Educação e Diretores, o que se deduz desta resolução é que, primeiro, todos os Diretores estão sob suspeita, porque todos vão ser chamados. Todos os Inspetores Estaduais de Educação estão sob suspeita, porque todos serão chamados. E aí eu quero fazer a seguinte pergunta a Vossa Excelência, nobre Líder do PMDB e do Governo: os Inspetores Estaduais de Ensino são nomeados pelo Governador e exercem cargos em confiança; ora, não seria mais fácil o Governador exonerar esses Inspetores e nomear outras pessoas de sua confiança, ao invés de colocá-los sob investigação, já que exercem cargo de confiança? Esse é o procedimento normal do Governante: perdeu a confiança, ele retoma o cargo e designa um segundo. Esta é a punição para os cargos demissíveis "ad Nutum", que são os cargos comissionados, conseqüentemente de confiança do Governador. Ora, na medida que ele não faz isso, ele está colocando sob suspeita os seus próprios agentes administrativos designados nas Inspetorias. Outra pergunta que gostaria de formular: a resolução diz para que manifestem essas pessoas sua posição quanto ao cumprimento de suas responsabilidades administrativas. Quais as responsabilidades? Quais? Não estamos aqui discutindo que a tropa vai lá preservar o patrimônio. O que a resolução está dizendo, é que cada um tem que responder pelos seus atos administrativos, quais, meu Deus do céu, em que inferno nós nos encontramos, qual é o fato tão grave assim que quatro Secretários se somam nisso?

São essas duas interrogações que gostaria que Vossa Excelência me respondesse.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência não precisa na sua eloquência, transformar numa catástrofe algo que é muito simples. Ato administrativo puro e simples. O Governo, em primeiro lugar, respondendo à sua pergunta, não está colocando em suspeição nenhum dos seus Inspeto-

res, nenhum.

Ele estaria colocando em suspeição, se por ventura num ato como esse, resolvesse o Governo colocar aqui para o chamamento do Inspetor X, do Inspetor Y, do Inspetor H, não está fazendo. Está apenas dizendo, os Inspetores e Diretores, todos, por quê? Porque, em cada instante que eventualmente existir um acontecimento que exija da autoridade competente revestida, o Inspetor, o Diretor de Escola tem responsabilidades inerentes à sua função e a seu cargo.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Mas qual é o processo normal para investigar atos administrativos?

O SR. CAÍTO QUINTANA - O processo normal eu direi. Se for um ato administrativo, a função de um Inspetor de um núcleo que foi fechado, se for ato administrativo, ele vai responder ao seu ato administrativo perante a Secretaria da Educação. Mas se for uma depredação, ele vai, perante a Secretaria de Segurança, colocar os dados daquilo que aconteceu. Como Vossa Excelência quer que um processo possa andar, se você não estiver chamando à responsabilidade aqueles que são responsáveis pela conservação do patrimônio? Como nós queremos que se eventualmente uma própria residência particular de um cidadão for derrubada, for invadida, for destruída por vândalos, o cidadão que teve a sua residência destruída, ele não comparece à Secretaria de Segurança como réu, ele comparece como vítima. A intenção é exatamente dar força para os Inspetores de Ensino, para os Diretores de escola, para que as pessoas muitas vezes infiltradas no movimento dos professores, e que têm destruído prédios escolares, como aconteceu recentemente, e sejam respaldados pela Secretaria de Segurança, e para que nela possam apresentar as suas colocações e a Secretaria de Segurança irá abrir um inquérito contra a pessoa, contra o vândalo que destruiu aquilo do Poder Público.

Não há interesse, Deputado, nesse Decreto, nessa designação. Não há interesse algum de colocar professor frente à Polícia, ou até de saber porque é que o professor está em greve. Porque isto não é competência da Delegacia, e todos sabem que não é. Esta é uma competência da Secretaria de Educação.

Então, exatamente fecham-se as Secretarias responsáveis numa designação, para que todos os atos decorrentes possam ser apreciados no seu canal de origem e de competência. Não gostaríamos nós, que passasse nesta Casa a falsa idéia de que esta designação da Secretaria de Segurança seja para colocar a Secretaria de Segurança sobre o professor, não. É até para respal-

dar o professor contra fatos que já ocorreram no Paraná, de pessoas fora do movimento depredarem prédios públicos e o professor ter agora, pela designação de todos os Servidores, e, por que todos? Porque todas as Delegacias estarão à disposição do Professor.

O SR. RAUL LOPES - Concede-me um aparte, Deputado?

Deputado Caíto, eu ouço com atenção a sua defesa, a sua sustentação na exposição sustentada pelo companheiro Nereu. E, realmente, Vossa Excelência acabou de identificar bem, que entende não ser a missão específica da área da Segurança Pública, em especial a Polícia Militar, atender evidentemente o conteúdo da finalidade desta resolução.

A missão é específica, é um policiamento extensivo para manutenção da ordem. E companheiro Nereu entendeu, como eu, assim também entendi, em extrapolar, fazer com que o policial militar esteja à frente de uma forma quase coersiva, moral e irresistível, fazendo com que a missão seja cumprida, por parte da Secretaria de Segurança através destas Inspetorias.

A Polícia vem se precavendo, toda, para que os próprios prédios da área da Educação não corram risco e sejam naturalmente vítimas de atentados e depredações. De sorte que eu fico na expectativa, assistindo e, até certo ponto, preocupado, naturalmente, a preocupação de que o Governo do Estado tem no sentido de manter a ordem dentro da instituição da Educação, tenha naturalmente convocado até mesmo o serviço da Polícia Militar para extrapolar a missão que lhe é específica.

Salvaguardo, eu entendo, e o meu receio é que, na evolução destes fatos, destes acontecimentos, chegue a este estado de coisas, que possa até certo ponto comprometer, como no raciocínio de todos nós está deixando transparecer.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Raul, eu sinceramente entendo a sua posição e até me valho dela, porque Vossa Excelência é profundamente experiente no que diz respeito ao próprio comando da Polícia Militar. Mas, o que nós precisamos clarear nesta sessão para que ela não transpareça da forma como foi colocada, é que primeiro, não há exorbitância num ato de designação.

Então, não se pode invocar o Artigo 54 e o seu inciso 27 da Constituição, dizendo que está havendo na competência da Assembléia a sustentação de atos normativos do Executivo, que exorbitem o seu poder. Não está exorbitando, porque o Secretário de Segurança tem competência para designar os seus subordinados. A Secretaria de Educa-

ção tem competência para designar os seus subordinados, e a Procuradoria Geral também tem competência para designar os seus Procuradores.

E veja bem, Deputado Raul, aonde é que está exatamente a tentativa de equilíbrio da situação, porque todos nós conhecemos que a situação, que o movimento grevista; há 60 dias de movimento passa a sofrer pressões estranhas à própria forma como o professor gostaria de conduzir.

Mas veja bem, em nenhum instante a própria designação fala em chamamento, apenas está dizendo para que se manifeste a posição quanto ao cumprimento da responsabilidade. Ora, o que que aconteceria, por exemplo, no meu pequeno Município de Planalto: está lá um colégio, está lá uma sede de Inspetoria, daqui a pouco, pessoas estranhas, vamos considerar estranhas ao movimento dos Professores - e eu enfoco mais a questão da Segurança Pública, que foi a que mais foi enfocada - passa a destruir o prédio. Com esta designação a Secretaria de Segurança está pondo à disposição...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Isto é função inerente à Secretaria. Mas aqui estão chamados os Inspetores e Diretores e não os estranhos ao movimento que Vossa Excelência está criando aqui...

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Senhor Deputado, em instante algum eu lhe neguei aparte, quando Vossa Excelência desejar eu cederei com todo o prazer os apartes.

Não se pode, Deputado Nereu Massignan, não se pode tentar dar uma conotação que não existe. É evidente que até pela origem da função nenhum Professor vai comparecer perante um policial, civil ou militar, para dar explicação da sua função, que é Magistério; essa é uma função a ser dada perante a Secretaria de Educação...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas porque os Inspetores e Diretores estão sendo chamados formalmente...

O SR. CAÍTO QUINTANA - ... Não estão sendo chamados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ...Mas como para dar explicações do seu comportamento, nobre Líder.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Deputado, está colocado da Rede Estadual do Ensino para que se manifeste sobre sua posição no cumprimento de sua responsabilidade. O Inspetor de Ensino poderá se manifestar, dizendo que...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ...Para em

conjunto procederem ao chamamento formal! Ora, não, não existe chamamento formal, ou existe inquérito administrativo ou não existe.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Perfeitamente, para que se manifestem.

Deputado, o nosso Governo não é arbitrário, não está a fim de inquérito administrativo...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas, meu Deus, o que ele quer com isso.

Explique-me, Deputado o que quer a Secretaria?

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Quer conhecer as razões. Quer conhecer as razões pelas quais possam estar acontecendo irregularidades ou depredações. Está colocando a Segurança Pública a favor dos próprios Professores para que possam resguardar os prédios sob suas responsabilidades de acordo com a Lei nº 6.174.

Então, não vamos dar a conotação policial de que a Secretaria de Segurança Pública vai passar agora a intimidar em inquéritos da Delegacia, porque não é este o objetivo. E Vossa Excelência haverá de ver no curso do cumprimento desta designação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o prazo de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Um minuto só para encerrar.

...Que isso não acontecerá. Se acontecer nós formaremos voz juntos contra a arbitrariedade porque essa nós não permitiremos que aconteça.

Deputado Pedro Tonelli, eu gostaria que encerrasse.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o aparte, nobre Deputado Líder do Governo.

Votei favorável à Resolução e estou estranhando o seu pronunciamento porque o seu conteúdo, nobre Deputado, não está fazendo simetria com o Brasil, com as intenções do Poder Executivo, nobre Deputado Caíto Quintana. Hoje nós estamos vivendo um tempo novo, é tempo de livre negociação, nobre Deputado. Então, não podemos mais, aqui neste Parlamento, defender a intervenção policial nas lutas que os trabalhadores estão tendo com o seu patrão!

Então, as depredações, nobre Deputado Caíto Quintana, são próprias. Nós estamos vivendo um tempo em que quem pode mais chora menos. Esta é a ordem do Presidente e que vi o seu Governador defendendo na televisão. Portanto, nobre Líder, é preciso refazer os nossos raciocínios para que nos adaptemos ao tempo novo: tempo de li-

vre negociação.

Por isso, a proposta adotada pelo nobre Governador, transformada em Decreto, não faz nenhuma simetria com o Governo Federal. É inaceitável e temos que derrubá-la através dessa Resolução.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu só quero deixar aqui patente uma coisa: por mais que esta Assembléia vote o Projeto de Resolução, encaminhado pelo Deputado Nereu Massignan, e aí eu concordo com a alta inteligência do Presidente desta Casa, Anibal Khury, eu não sei se era necessária a publicação no Diário Oficial.

Eu só sei que esta Casa, caso aprove o seu Projeto de Resolução, Deputado Nereu, passará mais uma vez um recibo de que legisla independente dos poderes que tem.

Por que nós vamos revogar o quê? Baseado no Artigo 54 vamos revogar uma designação, não é Decreto, Deputado Tonelli, é uma Resolução Interna de um órgão designando. Não há como nós podermos revogar isso. Não há como, porque não está exorbitando o poder da Secretaria de designar uma comissão. É totalmente infundado o Projeto de Resolução que nós estaremos votando aqui.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Não há quórum para votação. Está visível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai transferir a votação.

1º. Aceita o Requerimento do Deputado Nereu Massignan como legítimo. Daqui a pouco os porteiros vão legislar. É uma Resolução, e por mais estranho que pareça, é a Resolução 01/90 é uma coisa totalmente inédita e eu concordo com a simetria do Deputado, nosso querido orientador, porque realmente é um absurdo, embora a brilhante defesa do Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Justa e respalda na lei.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, eu não estou dizendo que está errada a Resolução do Deputado Nereu Massignan, só estou levantando a falta de quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não vai ser votada.

Recebo e endosso como Presidente da Casa o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmen-

te é uma resolução esdrúxula que não tem cabimento e espero que o Governador antes de que a Assembléia vote esta matéria, determine a revogação desta matéria. Seria uma prudente atitude.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Deputado Caíto me concedeu para conclusão. A salvaguarda disso tudo, como sustentou muito bem o Deputado Nereu era que as polícias, em especial a Polícia Militar, tivesse mais ou menos, novamente a serviço do Executivo a cometer algumas medidas arbitrárias e o Sentido nosso era salvaguardar.

A Polícia não se presta para isso, evidente, e o Governo tem medida de caráter administrativo para tomar e não usar realmente como vem usando de uma forma ostensiva a Polícia Militar para naturalmen-

te intimidar e procurar naturalmente agravar a situação que até certo ponto está sob controle.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, só uma indagação: Quando Vossa Excelência colocará em votação o Projeto de Resolução do Deputado Nereu Massignan?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na tarde de hoje, em discussão única. É matéria considerada urgente, urgentíssima.

O SR. RAFAEL GRECA - Muito Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.